



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
1ª VARA CÍVEL
R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

SENTENÇA

Processo Físico nº: **0009993-09.2009.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Monitória - Contratos Bancários**
 Requerente: **Unibanco União de Bancos Brasileiros Sa**
 Requerido: **Wagner Fernandes Pinto São Carlos Me e outro**
 Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Milton Coutinho Gordo**

CONCLUSÃO

Em 17/03/2014, faço estes autos conclusos ao Dr. MILTON COUTINHO GORDO, MM. Juiz de Direito desta 1ª Vara Cível da Comarca de São Carlos. Eu, _____, Escrevente, subscrevi.
 N. de Ordem: 1088/09

VISTOS

Trata-se de **AÇÃO MONITÓRIA** proposta por **UNIBANCO UNIÃO DE BANCOS BRASILEIROS S/A** em face de **WAGNER FERNANDES PINTO SÃO CARLOS ME** e **WAGNER FERNANDES PINTO**, todos devidamente qualificados.

Várias diligências foram realizadas na busca da citação dos requeridos (fls. 157, 163, 167/172, 182, 194/195, 203, 227, 229/231, 233, 235, 242, 251, 255/258, 269, 270, 285/288, 293/296, 304, 310), todas infrutíferas.

É o relatório.

Tendo por desnecessária a diligência deferida a fls. 313, **DECIDO** no estado da LIDE.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
1ª VARA CÍVEL
 R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

O feito foi distribuído em junho de 2009 e o juízo tenta a citação dos postulados até hoje, ou seja, há aproximadamente 04 anos e 10 meses.

Para tanto foram realizadas 10 (dez) diligências através de mandado (cf. fls. 157, 163, 182, 203, 242, 251, 269, 270, 304, 310), sendo duas deprecatas – fls. 285/288, 293/296 - sem contar vários ofícios expedidos e consultas aos sistemas informatizados (BACENJUD e INFOJUD) a pedido da autora, todos infrutíferos.

Sem a citação não se forma a relação processual.

Cabe, ainda, ressaltar que se trata de demanda enquadrada na META 2 - 2014 (que prevê a definição prioritária de processos ainda não sentenciados distribuídos até 31/12/2010).

Assim, e considerando o Princípio da Duração Razoável do Processo, só resta ao juízo extinguir o feito sem resolução de mérito.

Nesse sentido:

Ementa: Agravo regimental. Interposição da decisão que negou seguimento a recurso de apelação. Pretendida a anulação do decreto de extinção do processo – Inadmissibilidade. Ação monitória ajuizada em 2.4.2001 sem a regular citação do réu. **Réu que não foi localizado, apesar de terem sido realizadas inúmeras diligências** ao longo de mais de oito anos. **Princípio da duração razoável do processo, assim como da celeridade processual, que reforçam o decreto de extinção do processo** ajuizado há mais de doze anos Recurso desprovido (TJSP, Apelação 0034072-73.2001.8.26.0100, Rel. Des. José Marcos Marrone, DJ 11/12/2013 - destaquei).



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
1ª VARA CÍVEL
R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Quando obtiver o paradeiro dos postulados, o autor poderá ajuizar outra ação.

Pelo exposto, **JULGO EXTINTA ESTA AÇÃO**, sem resolução do mérito, nos termos do artigo 267, incisos II e III do CPC.

Defiro eventual pedido de desentranhamento de documentos, desde que fornecida as cópias xerográficas para tanto.

Após, averbe-se a extinção e arquivem-se os autos.

P.R.I.

São Carlos, 03 de abril de 2014.

MILTON COUTINHO GORDO
Juiz de Direito

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**